



AGENDA BELFORD ROXO

2 0 3 0

Belford Roxo

Central →

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agenda Belford Roxo 2030 / Agenda Belford Roxo 2030 ; coordenação Débora Silva...[et al.].
-- Belford Roxo, RJ : Associação Casa Fluminense, 2024. -- (Agendas locais 2030)

Vários colaboradores.

Outros coordenadores: Rayane Pereira, Cassios Clay, Hellen Freitas.

ISBN 978-65-997879-7-3

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável
2. Baixada Fluminense (RJ) 3. Belford Roxo (RJ) -
Condições sociais 4. Democracia 5. Políticas públicas
- Brasil I. Silva, Débora. II. Pereira, Rayane. III.
Clay, Cassios. IV. Freitas, Hellen.

24-208402

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Agenda 2030 : Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável : Política ambiental 304.2

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Sumário

Baixada Cruel	5
Território Ancestral.....	6
Futuro e Políticas Públicas	12
Apresentando os ODS	13
Justiça Econômica	14
Justiça Racial	19
Justiça de Gênero.....	22
Justiça Climática	26
Linha do tempo	34
Ficha técnica	39

BAIXADA CRUEL, OS SINISTROS SÃO DE BELI!

Falar da cidade de Belford Roxo é evocar esse canto e lidar com a desconfiança, o medo e o preconceito das pessoas. Se aparecemos nos trending topics ou nos jornais, é muito comum que sejam em notícias negativas sobre os problemas da cidade, ressaltando um estigma de cidade violenta que nos acompanha desde o final da década de 70, quando a cidade foi considerada o lugar mais violento do mundo, a partir de um suposto estudo da ONU.

De lá pra cá, fato é que nos tornamos uma cidade de 483 mil habitantes. Terra de malboro ou não, muitas são as dificuldades encaradas pelos cidadãos todos os dias para aqui viverem. Convivemos diariamente com o estigma e o preconceito, mas **aqui é o nosso lugar**. E sendo assim, só **sendo sinistro para aqui viver e formular política**.

Esta agenda reforça um trabalho de formiguinha de várias pessoas “sinistras” para melhoria do nosso lugar por meio das mais diversas ações. E permite a nós, construir caminhos para superação desses rótulos e construção de uma cidade mais inclusiva e justa para aqueles que vivem aqui.

A história de um território ancestral

Por Nielson Bezerra e Luiz Felipe Ribeiro

Quando pensamos na origem da cidade, em geral lembramos de aspectos de sua emancipação, ou de uma rápida assimilação com o nome do engenheiro responsável pelo milagre das águas, Raimundo Teixeira Belfort Roxo, ou ainda, do nosso canto de guerra, reconhecido pelo estado, e até mesmo pelo país: “Baixada Cruel, os sinistros são de Bel”.

Todas essas histórias remontam a tempos mais recentes. Iniciamos esta agenda dizendo que nossa história não começa ali. Com a ajuda e os estudos de um dos ilustres de nossa terra, buscamos mais das origens do nosso lugar.

Os primeiros registros de ocupação do nosso território remontam a 10 mil anos atrás. Nossos primeiros belforroxenses foram os sambaquieiros, primeiros ocupantes de todo

litoral brasileiro. No Rio, eles se espalharam pela Região dos Lagos, pela Ilha do Governador, por nossos vizinhos São João de Meriti e Duque de Caxias, e tudo indica que estiveram em nossa cidade, onde hoje reconhecemos como os bairros de Santa Tereza (no entorno da Estrada do Calundu), Lote XV e Babi.

Para entender essa ocupação, é preciso pensar em uma Baía de Guanabara com maiores contornos, e que chegava mais próxima do atual território de Belford Roxo, e que perde essa proximidade ao longo dos milhares de anos por conta de processos naturais e humanos.

Os sambaquieiros eram caçadores e coletores. Tinham profunda conexão com a natureza. Seu nome significa “povo das conchas”. Viviam da pesca e da coleta dessas conchas.

Escavações nos municípios vizinhos encontraram resquícios maiores de sua ocupação próximo aos limites da nossa cidade.

Alguns milhares de anos depois, foram os tupinambás os habitantes do momento. Estudos indicam que eles ocuparam nosso território cerca de mil anos antes da chegada dos portugueses ao Rio de Janeiro. Dessa história, temos mais informações: eles faziam parte da aldeia Jacutinga, e sua tapera - uma espécie de centro da aldeia - ficava na altura do bairro da Prata.

Os Tupinambás tinham uma tradição andarilha, herdada do Velho Onça, cantado no enredo de 2023 da Acadêmicos do Grande Rio. Eles desbravaram nosso território, e deixaram marcas de sua ocupação pelos quatro cantos dele. Iam até o Babi, ao Lote XV, as margens do rio Sarapui, nos bairros das cidades do entorno - Centro e Iguaçu Velho (Nova Iguaçu), Pantanal e São Bento (Duque de Caxias).

Quando a ocupação portuguesa inicia ocupações para além da cidade do Rio de Janeiro, há também a chegada dos africanos a nossa terra, o que remonta ao século XVII. Esses africanos, vindos da Guiné, de Angola, de origem Bantu, chegam ao território para trabalhar nos engenhos de açúcar e farinha de mandioca aqui instalados, provocando uma espécie de coexistência ancestral entre esses três povos.

Os africanos trazem uma relação muito grande com a terra, que para a tradição Bantu é quem estabelece a lógica da vida, e isso se conecta com as tradições tupi aqui estabelecidas. A Mandioca, central também nas práticas tupi, é facilmente absorvida pelos povos africanos e há o estabelecimento do Calundu, um culto africano com práticas indígenas a partir do uso de ervas.

Século XIX

No que se refere ao mapeamento colonial, podemos falar de engenhos importantes nossa terra: o Engenho Calundu, da vitória; o Engenho do Outeiro, que ficava entre o Lote XV, Parque Amorim e Maringá, dos Beneditinos; o Engenho do Babi; o Engenho do Jambui e o Engenho do Brejo, no que hoje é a área Central da Cidade. Há indícios que as mulheres africanas iam do engenho do Brejo até o engenho do Calundu, para as práticas do culto.

Com o passar do tempo e as transformações da colônia, todo nosso território passa a integrar a Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (que mantém seu centro no entorno de onde era a tapera tupi), mas se estende até o centro da cidade de Nova Iguaçu, até o Lote XV. As freguesias funcionavam como instituições administrativas, com sede na Igreja.

Já em 1833, se estabelece a Vila de Iguassú, com sede em Cava, na Freguesia de Nossa

Senhora da Piedade do Rio Iguaçu, e aglutinou boa parte do que hoje conhecemos como Baixada Fluminense. A Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga é uma dessas freguesias da Vila, sendo uma espécie de Distrito. Aqui a vila passa a ser essa administração quase que municipal, com juiz de paz próprio, juiz e subdelegado. Aqui é o início do entendimento de que de fato, fizemos parte do território de Nova Iguaçu, processo fundado com a emancipação em 1993.

Nesse momento, o território funciona com alguma autonomia, e fica conhecido por ser um território de passagem, como comprovado em jornais da época, indicando que o Brejo era um local de parada das pessoas que vinham da cidade para a Vila do Iguassú, por terra. Essa configuração permite que se desenvolva um lugarejo, com algum comércio, espaços para alimentar os animais, e havia um pequeno porto, na altura de onde é o Carrefour, no Rio Sarapuí.

Quando em 1872, se abre a Ferrovia Estrada de Ferro Rio

Douro, para conectar a cidade do Rio com os mananciais de água da região de Tinguá e Jaceruba para viabilizar o abastecimento de água do Rio de Janeiro. Sendo o Brejo um local conhecido das pessoas que faziam esse trajeto, o Brejo se torna uma estação central para integração dos ramais.

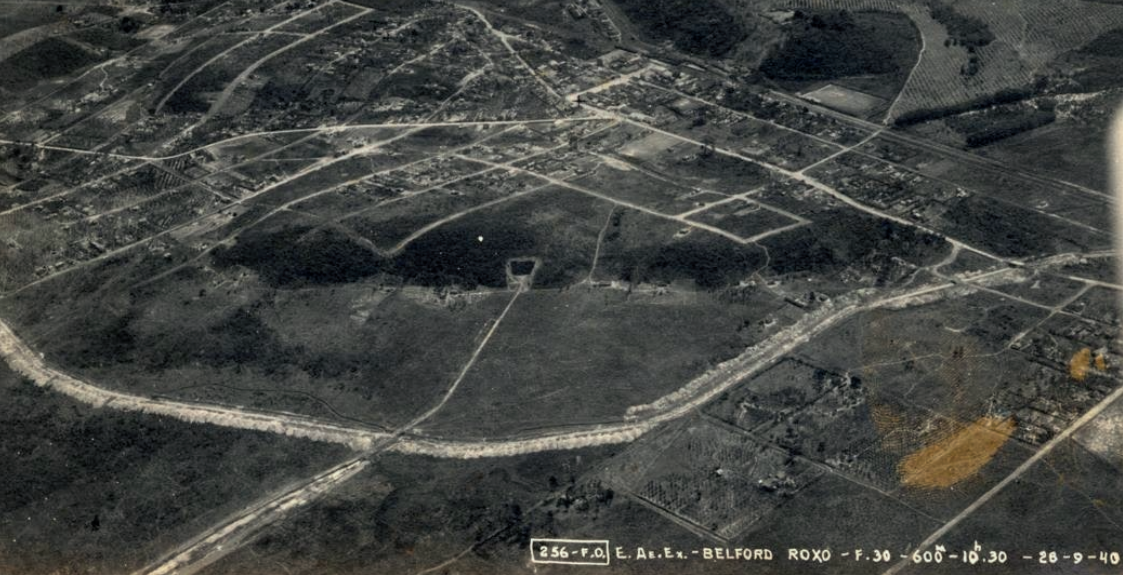
Naquela época, havia no Rio, um famoso engenheiro, chamado Raimundo Teixeira Belford Roxo, um maranhense, de muita proximidade com outros engenheiros conhecidos, Paulo de Frontin e os irmãos Rebouças, foi fundamental na construção da Ferrovia Rio Douro, que vai ser conhecida como Ferrovia Milagre das Águas, e em algum momento da virada do século, por volta de 1891, a **estação Brejo passa a ser chamada de Belford Roxo.**

A partir dali, encontramos em documentos oficiais as primeiras menções à Belford Roxo.

Com a reforma administrativa de 1891, pós proclamação da República, as freguesias passam a se chamar distritos e as vilas passam a se chamar município, a Vila de Iguaçu passa a se chamar (oficializado somente em 1916) Nova Iguaçu, se desloca a sede de Cava para onde hoje é o centro, e as freguesias se tornam distritos deste novo município - então desaparece o nome da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, e se torna o distrito de Belford Roxo.

O centro do distrito tem alguma projeção em relação ao novo centro de Nova Iguaçu, e passa pela instalação





de escolas, como a EM Condesa Infante e a EM Professor Paris, o aparecimento dos primeiros postos de saúde e as primeiras reformas urbanas no entorno da estação.

Na década de 30-40, os territórios dos antigos engenhos começa a ser loteado e há o início da criação e ocupação dos bairros como conhecemos hoje - Bom Pastor, Jardim Redentor, Vila Pauline, São Vicente; depois os bairros do Roncalli e do Babi; nas décadas seguintes, Santa Maria, Santa Amélia, Barro Vermelho, e transformações no território, como o aterramento da Lagoa do Roncalli para a construção dos prédios dos conjuntos. Desde a década de 30, a

cidade vai recebendo muitos migrantes do interior do estado do Rio, de Minas Gerais e do Nordeste, consolidando sua configuração. Nova Aurora vai sendo criada como ocupação popular na década de 70-80, com o bairro do Multi-rão como expoente dessa história.

Nossas primeiras atividades econômicas registradas no século XX são as feiras, ainda na década de 50, além de olarias instaladas em Santa Tereza, São Vicente e Jardim Redentor. A Bayer do Brasil se instala na cidade em 1958. Os laranjais ainda eram parte da cidade, nos bairros de Vila Pauline, São Leopoldo, Bom Pastor e Jardim Gláucia.

Belford Roxo virou município?

Hoje sai a resposta, mas há quem ache que não houve quorum para a decisão

Quem esperava por uma prévia ainda contém do plebiscito sobre a emancipação de Belford Roxo se frustra. O juiz da 6ª Zona Eleitoral de Nova Iguaçu, Carlos Eduardo Tassar, adiou para hoje qualquer divulgação parcial da votação. Sem as chaves previstas pelo Serviço de Meteorologia, as 384 seções tiveram um dia tranquilo, com o sim à criação do novo município parando majoritário. Porém, até o fechamento da última urna, às 17h, era impossível arriscar se o quorum necessário (metade dos eleitores mais um) havia sido alcançado.

Para que o resultado do plebiscito prevaleça, o TRE exige que pelo menos 50 mil 219 eleitores, do total de 180 mil 356, tenham comparecido às urnas. Os coordenadores do movimento pro-emancipação conheciam as regras e mobilizaram cerca de 100 ônibus para levar os moradores aos locais de votação. Mas, apesar do esforço, o resultado não era nada animador até a metade do dia. Por volta das 15h, apenas 1 mil 119 pessoas haviam depositado seu voto nas dez seções instaladas na Escola Estadual Presidente Kennedy, por exemplo, no bairro de Areia Branca, onde havia 20 urnas à espera de 9 mil eleitores.

Belford Roxo amanheceu enfeitada de faixas, bandeiras e cartazes. Todos os apelo pregavam o sim. Como o voto não era obrigatório, o juiz Tassar não decretou a lei seca, o que deixou boteguins e lanchonetes cheios o dia inteiro. Cerca de 200 soldados do 2º BPM (praticamente todo o efetivo) trabalharam na segurança das 384 urnas. Também trabalharam policiais civis da 5ª DP e agentes da Polícia Federal, normalmente requisitados pelo TRE em dias de votação.

O plebiscito começou na hora marcada, às 8h em ponto. A população, no

entanto, acordou mais tarde, num domingo de temperatura oscilando entre 18 e 24 graus. As primeiras filas começaram a se formar por volta das 9h, quando 2 mil cabos eleitorais do site já trabalhavam na distribuição de panfletos, adesivos e camisetas.

O Comitê Pro-Emancipação, presidido pelo empresário Waldyr Vilela, dono de uma rede de colégios mandou confeccionar 100 mil bandeirinhas, 40 mil camisetas e 1,5 milhão de panfletos, que deixaram Belford Roxo completamente inundado no fim da tarde. Além disso, 200 carros de som circularam o dia todo, convocando os moradores às urnas.

A apuração começa às 8h no ginásio da Associação Brasileira de Ensino Universitário (Abeu). O TRE promete uma parcial ao meio-dia, outra às 16h e o resultado final às 17h. Trinta equipes de cinco escrutinadores cada vão trabalhar na contagem dos votos. Recrutados pela 6ª Zona Eleitoral, eles são funcionários da Prefeitura de Nova Iguaçu, do Banerj e da Caixa Econômica Federal.

Ontem, 2 mil 300 pessoas trabalharam nas 384 urnas dos 62 locais de votação. Moradores de Belford Roxo, essas pessoas, segundo o juiz Tassar, são praticamente as mesmas convocadas pelo TRE para atuar nas mesas eleitorais do último pleito, em 8h, que elegem os atuais deputados, senadores e governador.

Quatro presidentes de mesa não compareceram às seções para as quais foram convocados. Disse o juiz que, caso não apresentem seus argumentos ao TRE até o meio da semana, eles poderão ser punidos com até dois meses de prisão ou multa de um salário mínimo, enquadrados no Artigo 344 do Código Eleitoral ("recusar ou abandonar a mesa eleitoral sem justa causa").



A turma do sim prevaleceu, mas o comparecimento às urnas não foi nada animador

Os movimentos emancipatórios não nasceram só no fim dos anos 80. Desde a década de 50 há registro deles nos jornais de Nova Iguaçu, de movimentos tanto de Belford Roxo quanto de Mesquita. Esses movimentos foram sendo controlados pelo poder político da cidade, que já havia perdido São João, Caxias e Nilópolis e tenta não perder mais territórios naquele momento.

Com a constituição de 1988, abre-se precedente para uma leva de criação de novos municípios em todo país, que facilita a articulação do movimento

de Emancipação da Cidade, iniciado em 1992, e não obtem êxito por conta de Miguel Couto, que não vota pela emancipação. Na justiça, retira-se Miguel Couto da conta e se conclui em 1993.

Quando olhamos pra história recente, vemos uma disputa muito grande do passado da cidade, especialmente o imediato a emancipação, com um movimento claro de apagamento e reescrita da história a partir de uma nova ideia de cidade. Isso não é a toa.

A defesa de uma história ancestral para a construção do futuro

A memória é uma questão filosófica pela qual é possível se disputar o passado, para justificar as ações políticas do presente. Quando retornamos aos sambaquieiros, os indígenas, os africanos, entendemos as estatísticas que provam que temos 72% de população negra na cidade. Conhecer esta história é fornecer elementos concretos para não aceitar uma cidade “criada” por um único mártir ou por um grande prefeito - e sim, pelos seus munícipes.

Eis o que esta Agenda pretende ser: um instrumento de defesa de uma ideia de cidade construída coletivamente e que atenda às nossas necessidades reais a partir de um **debate de memória**, com objetivo claro de onde queremos chegar. Numa cidade que não nos cause vergonha ou espanto, ou que seja apenas um local transitório, e sim, um lugar tenhamos orgulho e identificação, construindo um futuro conectar e desenvolver as nossas raízes ancestrais.

A chave: as Políticas Públicas

Políticas públicas são planos de ação elaborados para lidar com questões pertinentes à esfera pública da sociedade. Normalmente são propostas pelo governo federal, estadual ou municipal, mas podem ser resultado da iniciativa e atuação da sociedade civil organizada.

Por isso, podem abranger diversas áreas, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, habitação, transporte e entre outras. **Nesta Agenda, vamos nos ater às áreas de justiça econômica, climática, racial e de gênero.**

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** são criados pela ONU em 2015, como parte de uma agenda mundial que deve ser cumprida até 2030. Eles servem como um tipo de guia, em relação às principais

questões que devemos resolver como sociedade para garantir, justamente, um desenvolvimento sustentável da Terra. Os ODS são compostos por 17 objetivos, com 169 metas divididas entre eles.



Essa gente tão sofrida, tão vivida e tão valente

Por Cassios Clay, Débora Silva e Luiz Felipe Ribeiro

Ao longo de nossa história, tivemos breves pujância econômica, com a vinda de empresas e investimentos federais e estaduais. Porém, o crescimento populacional veio com mais velocidade do que as estruturas necessárias para o pleno desenvolvimento econômico.

Segundo o Censo do IBGE/2022, dos 483.087 moradores, 32.770 deles estão empregados formalmente. **A maioria desses empregos está fora de Belford Roxo.** Isto significa dizer que o trabalhador formal da cidade enfrenta todos os dias passagens caras, longos períodos de deslocamento, saindo de casa cedo e voltando tarde, lidando com a insegurança em ruas com iluminação precária e sofrendo para contar com o transporte de massa, **já que o nosso trem é o último a iniciar a operação e o primeiro a terminar.**

Já os microempreendedores individuais, que segundo a iniciativa MaisMEI somam cerca de 33 mil pessoas na cidade e os comerciantes - que representam a principal atividade econômica da cidade e ilustram a tentativa desse povo valente de garantir seu sustento da forma que tem sido possível.

É preciso aproveitar o ativo humano da cidade na própria cidade a partir de uma economia que abrace **as mulheres negras**, pautada na economia ambiental e criativa; abrindo concursos públicos, lutando pelo fim da discriminação racial e gênero nos postos de trabalho e dando apoio ao desejo de escolarização da população, na busca de melhores postos e condições no mercado de trabalho para os munícipes.



Justiça Econômica, Geração e transferência de renda

Combate à pobreza, à fome, à desigualdade e ao patrimonialismo por meio de ações equitativas, eficientes e efetivas para a produção, consumo e acesso a bens e serviços. Garantir o exercício da cidadania a partir da redistribuição social e territorial dos recursos.

Desigualdade econômica em números:

24,9%

é o percentual da população coberta **pelos serviços de atenção básica do SUS**, penúltimo entre os 22 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte: **Ministério da Saúde**, 2023

7,85%

da nossa população é ocupada formalmente, **o que nos coloca como pior índice de ocupação no estado**

Fonte: **IBGE**, 2021

56,3%

da nossa população adulta **não consegue pagar suas dívidas**

Fonte: **SERASA**, 2023



0,3%

da nossa população têm **seu esgoto coletado e devidamente tratado**

Fonte: **Secretaria do Ambiente e sustentabilidade**, 2023

11.243

é a média de atendimentos pelo CRAS por unidade disponível no município. O número é **mais que o dobro da capacidade estabelecida pelo NOB/SUAS**

Fonte: **CADÚnico**, 2023

39,3%

da nossa população tem rendimentos de até **meio salário mínimo, ocupando sexto menor do ranking no estado**

Fonte: **IBGE**, 2021

Propostas para Justiça Econômica



FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS

que salvaram vidas na pandemia, enchentes e situação de emergências, que podem seguir atuando no combate à fome e ao desemprego.

DESTINAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA PROJETOS DE COMBATE À FOME

na cidade, principalmente a partir dos deputados estaduais e federais mais votados no município.

DESTINAÇÃO DE VAGAS DE TRABALHO PARA MUNICÍPIOS NAS EMPRESAS QUE RECEBEM INCENTIVOS DA CIDADE

garantindo a geração de postos de trabalho para os moradores e o retorno do incentivo recebido pela empresa.

IMPLEMENTAÇÃO DA TARIFA ZERO NAS LINHAS MUNICIPAIS DA CIDADE

permitindo que os municípios tenham possibilidade de acessar todos os equipamentos da cidade de forma gratuita e fortalecendo os pequenos centros econômicos.

CRIAÇÃO DE NOVAS LINHAS DE ÔNIBUS MUNICIPAIS PARA INTEGRAÇÃO ENTRE BAIROS E AMPLIAÇÃO DOS HORÁRIOS NAS LINHAS MAIS IMPORTANTES DA CIDADE

garantindo a possibilidade do munícipe de chegar ou sair da cidade em horários compatíveis com sua realidade de lazer e trabalho.

GARANTIA DE TRABALHO PARA MORADORES DA CIDADES NAS OBRAS PÚBLICAS

a serem realizadas no município.



CRIAÇÃO DE SISTEMA DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO

para a garantia do deslocamento dos alunos que estudem em universidades no entorno de nossa cidade, por meio de ônibus próprio ou cartão universitário concedido aos alunos do ensino superior (para estímulo do ingresso dos nossos municípios a universidade).

OBRIGATORIEDADE NA READEQUAÇÃO NA GRADE HORÁRIA DOS TRENS

para atender as necessidades atuais dos moradores, com partidas mais cedo do que atualmente é oferecido, e menores intervalos ao longo do dia.

CRIAÇÃO DE CONSELHO DA JUVENTUDE

interligado às secretarias de Educação, Cultura e Desenvolvimento, para que os jovens da sociedade

civil possam fiscalizar e propor ações. Prioridade na contratação de jovens, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+ e que morem na Cidade.

GARANTIA DO CUMPRIMENTO DA LEI SOBRE A AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A PARTIR DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL

estabelecida em mínimo de 30% (trinta por cento) diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, no âmbito da lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009.



Justiça Racial, Reparação e Antirracismo

Combate ao racismo enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira, com medidas que produzem equidade e reparação histórica às políticas públicas que sempre negaram direitos sociais básicos a negros, quilombolas e indígenas.

Fonte: Agenda Rio 2030 - v. 2022

Desigualdade racial cotidiana



Por Cassios Clay

A nossa cidade é formada, majoritariamente, por pessoas negras (pretas e pardos). Segundo o IBGE, são 72,7%. Agora... por que não vemos a Câmara Municipal lotada dessas pessoas? E quando vamos ao médico, por que não vemos essas pessoas nos consultando? A cidade de Belford Roxo foi construída em solo originário e ocupada por pessoas negras, no entanto, a maioria dessas pessoas até hoje não têm acesso à educação de qualidade, emprego formal e, fundamentalmente, a recursos que as coloquem num bem viver.

98,6%

das pessoas internadas por **doenças de veiculação hídrica**. A cidade também foi responsável por **mais da metade de todos os internados por este motivo no estado**

Fonte: DataSUS, 2022

86%

das pessoas assassinadas pelo estado na cidade **são pessoas negras**

Fonte: ISP, 2022

71,5%

da nossa população que se inscreve no ENEM **não dispõe de acesso a internet em casa**

Fonte: INEP, 2022

Propostas para Justiça Racial



ADOÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS PARA INGRESSO NAS VAGAS OFERECIDAS PELA PREFEITURA, tanto a nível de contratos quanto a nível de concurso.

FORTALECIMENTO DOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES DA CIDADE

CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE PARA JOVENS NEGROS por meio da prefeitura e extensível aos negócios da cidade.

PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DA CIDADE a partir de uma comissão de recuperação da memória da cidade e seus festejos, estabelecendo calendário cultural e turístico na região.

GARANTIA DE MELHORIAS NO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS RELIGIOSOS visando o amparo e incentivo de todas as expressões religiosas, além de promoção ativa de políticas contra o racismo religioso, mapeamento e apoio às casas de matrizes africanas.

IMPLANTAR POLÍTICAS E AÇÕES DE REPARAÇÃO ECONÔMICA, PSICOSSOCIAL E DE DIREITO À MEMÓRIA assegurando o acesso à justiça, perícia independente e amparo para mães e familiares de vítimas da violência de Estado.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE RACIAL



Desigualdade de gênero na cidade



Por Débora Silva e Hellen Freitas



Justiça de Gênero, Equidade e Cuidado

Combate ao machismo, à homofobia e à transfobia que produzem e reproduzem injustiças socioeconômicas entre homens, mulheres, pessoas cis e transgêneras por violências baseadas em gênero e orientação sexual.

Fonte: Agenda Rio 2030 - v. 2022

Na atual conjuntura municipal, ações fundamentalistas têm se intensificado em diversos territórios. As igrejas cristãs usufruem de reconhecimento nas comunidades e são vistas como responsáveis por moralizar a vida da população. A tendência atual de “refilantropização” da pobreza, deslocando da esfera da assistência para a esfera moral, proporciona a proliferação dessas entidades e intensificação das pautas morais. Esse processo se desdobra na intolerância religiosa, pois o racismo estrutural também é responsável pela reorganização dessas forças políticas. O desrespeito à pluralidade e diversidade resulta em violência e perseguição.

A falta de investimento na saúde mental em Belford Roxo é especialmente problemática, considerando o impacto das negativas de direito às mulheres mais vulnerabilizadas. É fundamental reconhecer e abordar as disparidades existentes no acesso aos serviços de saúde mental, garantindo que todos tenham acesso a cuidados de qualidade, independentemente de sua raça, gênero ou condição socioeconômica.

Sabemos também que essas forças operam também contra os direitos reprodutivos e os direitos sexuais das mulheres e pessoas LGBTQIAP+, interditando o direito à saúde física e emocional, bem como promovendo violência e intolerância. Representam um entrave à Justiça Reprodutiva das mulheres e à laicidade do Estado. As práticas fundamentalistas exercidas por pessoas ou grupos também têm atuado e se organizado para barrarem o avanço dos direitos das mulheres.

A ineficácia de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAPN+ é cúmplice das violências que a comunidade sofre, principalmente quando falamos sobre as mulheres trans e travestis. A invisibilidade silencia as estatísticas, enfraquece as denúncias e resulta no anseio pela liberdade de existir. Compreendendo os determinantes sociais de saúde como as dimensões políticas, culturais e subjetivas que atravessam cada pessoa, é de extrema importância a promoção de políticas de segurança pública e de bem-estar social, que assegurem uma cidade plural, segura e inclusiva para todes.

Em números:

75,2%

das pessoas **em extrema pobreza** no município são **mulheres negras**

Fonte: CADUnico, 2023

75,3%

das mulheres que moram **em domicílios não destinados a habitação** no município são **negras**

Fonte: IBGE, 2021

55%

das gestantes da cidade tiveram **menos que 7 consultas de pré-natal** contrariando o recomendado pelo Ministério da Saúde

Fonte: SES, 2023

11,3%

das crianças de 0-3 anos **estão matriculadas em creche** no município

Fonte: INEP, 2021

Propostas para Justiça de Gênero



CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES EM TEMPO INTEGRAL

e estimular a criação de projetos de espaços infantis noturnos, a exemplo da Lei Espaço Coruja de famílias pobres que trabalham ou estudam à noite tenham um espaço seguro e de qualidade para deixarem suas crianças pequenas.

PROMOVER A FORMAÇÃO DO CORPO INSTITUCIONAL ESCOLAR E ALUNOS SOBRE AS TEMÁTICAS DE RAÇA/ETNIA, IDENTIDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADES E DEMAIS MARCADORES SOCIAIS

de tal modo que se crie um ambiente em que o racismo, a transfobia, o machismo e demais violências sejam respondidas de forma institucional, crítica e propositiva.

PROVER ACESSO A ITENS DE HIGIENE PESSOAL, MEDICAMENTOS RELACIONADOS AOS CUIDADOS COM O PERÍODO MENSTRUAL, A ÁGUA E A CONDIÇÕES SANITÁRIAS DIGNAS

Criar programas informativos sobre esse processo biológico a fim de promover a autonomia e dignidade de meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social e a evasão escolar, envolvendo as ações das unidades de saúde e das escolas no Programa Saúde nas Escolas, incluindo discussões sobre saúde íntima.

CRIAÇÃO DE MOEDA SOCIAL MUNICIPAL

com foco prioritário as famílias em vulnerabilidade chefiadas por mulheres negras e pessoas LGBTQIAPN+.



Justiça Climática e Cidades Sustentáveis

Combate à emergência climática como uma crise ambiental, econômica e social, assegurando que as políticas de mitigação, adaptação e resiliência promovam a transição justa e a garantia dos direitos sociais. Reconhecer que as populações que menos contribuem para o aquecimento global são as que mais sofrem as consequências com os eventos extremos e desastres ambientais.

Fonte: Agenda Rio 2030 - v. 2022

Justiça Climática já!



Por Rayane Pereira

Nos últimos anos temos enfrentado sérios problemas com a falta de adaptação às mudanças climáticas. A consequência é velha conhecida, mas cada vez mais intensa: a devastação da cidade quando chove, deixando bairros inteiramente impactados.

Outro exemplo disso é a sensação térmica altíssima no nosso território. A sensação de secura é notável devido a pouca arborização da cidade. Segundo a OMS, a cada 1 habitante, deveríamos ter 3 árvores. Nossa cidade dispõe de apenas 5,45% de área verde.

Sabemos também que nossas APAS (Área de Proteção Ambiental) não são preservadas, e isso prejudica todo o bem estar local. O precário acesso a saneamento básico é prejudicial a todos os moradores e tem como consequência o alarmante número (notificado e não notificado) de pessoas com doenças de veiculação hídrica.

Entendemos que precisamos de justiça climática, pois sabemos que quando acessamos os direitos ambientais básicos muitas tragédias como enchentes, calor excessivo, doenças podem ser evitadas. Com isso, pensamos em propostas que podem nos trazer mais qualidade de vida e autoestima de pertencer à cidade do amor.

Emergência climática em números:



421 mil

habitantes foram **afetadas pelas chuvas** nos últimos anos. Isso representa **85% dos habitantes da cidade**.

Fonte: Defesa Civil Estadual, 2022

2007

é o ano de **publicação do último plano diretor da cidade**, ou seja, há 17 anos!

Fonte: Munic, 2021

100%

das coletas de água **feitas na cidade foram ruins ou muito ruins**

Fonte: INEA, 2022

17 mi

são os recursos aplicados **para recuperar os estragos causados pelas chuvas** pelo governo estadual e federal

Fonte: Defesa Civil, 2022 e Alerj, 2024

5,36

é o total de **metros quadrados de área verde por habitante**, o ideal recomendado pela OMS é de 36 metros quadrados.

Fonte: MapBiomas, 2022

A escassez hídrica na terra do milagre das águas



Por Cássio Pires

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH, Lei 9.433 de 1997), juntamente com o Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026 de 2020), prevêem a universalização do acesso à água a todos e todas, sobretudo categorizando a água como um bem de domínio público e priorizando o consumo humano e dessedentação dos animais, em casos específicos de escassez.

O contexto de “acesso à água” é mais amplo, e está contido no conceito do “saneamento”, que, além do acesso à água, também abrange esgotamento, drenagem pluvial e resíduos sólidos. Nesse sentido, é nítida a relação extremamente dependente entre saúde nas favelas e saneamento, pois ninguém consegue trabalhar normalmente depois de passar por uma enchente dentro da sua casa ou sobreviver sem simplesmente ter acesso regular ao bem mais precioso da vida: a água.

Segundo dados recém-publicados pelo Instituto Trata Brasil, **Belford Roxo está entre as 5 piores cidades do Brasil em termos de saneamento**. Isso é reflexo de uma ausência política voltada às comunidades mais vulneráveis da Baixada Fluminense/RJ, que, por sua vez, causam danos diretos na saúde pública do município, além de infringir um dos direitos humanos fundamentais (ONU, Resolução 64/A/RES/64/292 de 2010).

Vale reforçar que, em locais onde não há rede de distribuição de água, é comum a perfuração de poços, sem licença ambiental, e sem nenhum tipo de controle sanitário. Em um trabalho desenvolvido em parceria entre a startup Geohídrica e a ONG Sonhar e Fazer Acontecer, localizada no Bairro Shangrilá, foi realizada uma análise de água de um poço do Sr. José, morador antigo da comunidade, que sempre utilizou água de poço para abastecer sua família e nunca teve água da concessionária. O resultado da análise constatou a presença de bactérias heterotróficas na água, tornando-a imprópria para o consumo humano. Após receber o resultado, Sr. José relatou um caso que sua sobrinha tinha dores de barriga e que recentemente (em 2023) tinha realizado um exame de fezes e constatado a presença de vermes, o que pode ter relação com a água que consome.

Precisamos, portanto, de um plano de saneamento municipal efetivo em Belford Roxo, bem como ações paralelas de conscientização sanitário-ambiental junto às famílias em situação de vulnerabilidade social. Algumas dessas ações podem compreender atividades de educação ambiental nas escolas, parcerias com os agentes de saúde que frequentam as residências, realização de análises de água e incentivos à legalização dos poços clandestinos, implementação de tecnologias sociais para captação de água da chuva, e até mesmo descentralização das captações convencionais de água das concessionárias públicas (exemplo, poços perfurados em bairros não atendidos pelas tubulações da concessionária, e com estações de tratamento de água e esgoto de menor porte).

15

interrupções no **fornecimento de água** em 30 dias. Água na torneira, dia sim, dia não.

Fonte: **Águas do Rio**, 2024



Propostas para Justiça Climática



ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DA CIDADE

visto que a última atualização foi no ano de 2007 e que o ideal é que haja revisão de 10 em 10 anos.

CRIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

voltado às necessidades do nosso município, que oriente também a criação de programas de adaptação energética e de soluções para redução de temperatura nas casas dos municípios

CRIAÇÃO DA SECRETARIA DO CLIMA DA CIDADE

responsável pela articulação de todos os atores que atuam em emergências climáticas e desastres, e pelo planejamento de ações para redução dos impactos de médio/longo prazo do clima em nossa

cidade, protocolos de prevenção de enchentes.

CRIAÇÃO DE UM PORTAL DE TRANSPARÊNCIA SOBRE AS AÇÕES DA PREFEITURA

no que diz respeito a recursos destinados à prevenção de catástrofes e de atendimento das famílias impactadas, com o objetivo de mapear tanto o desenvolvimento dessas ações, como de mapear os locais e os impactados por esses acontecimentos, permitindo criar um plano de contenção de futuras catástrofes localizado e oferecer atendimento especializado através de equipamentos de assistência social e saúde para os atingidos (e reincidentes)

ADOÇÃO DO CONCEITO DE CIDADE-ESPONJA

para a garantia da mitigação dos efeitos das cheias no Rio Botas e demais afluentes.



CRIAÇÃO DO PROJETO MUNICIPAL DE ALUGUEL SOCIAL

que seja destinado às vítimas de desastres ambientais na cidade (enchentes, deslizamentos), com caráter parcial - buscando retirar a família do local do desastre e reparação, para as famílias que perderam seus bens ou imóvel em

MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO E ÁGUA POTÁVEL DAS ÁGUAS DO RIO

garantindo que a água esteja própria para consumo, a publicização de seus dados em todos os lugares do município e acompanhamento e responsabilização de possíveis atrasos pelos vereadores da cidade.

CRIAÇÃO DO COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DA PREFEITURA

por meio de transparência do objetivo e recursos destinados, programação de novas com consulta pública voltada para os movimentos sociais/sociedade civil, para acompanhamento do objetivo e dos efeitos no território.

CRIAÇÃO DO PLANO DE ARBORIZAÇÃO DA CIDADE

segundo a recomendação da OMS, que traça como ideal 36m² de área verde por habitante, impactando diretamente no desenvolvimento social, econômico e na qualidade de vida dos munícipes.

CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS HORTAS COMUNITÁRIAS.

FISCALIZAÇÃO DA EMISSÃO DE GASES E ÁGUA DAS EMPRESAS

que operam na cidade.

VALORIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SABERES DOS POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

CUMPRIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

colocando um fim nos lixões a céu aberto, com garantia da coleta diária do lixo doméstico e incentivo a políticas de reciclagem organizadas pela sociedade civil.

ESTRUTURAÇÃO DAS APAs DA CIDADE

em especial as APAs Barro Vermelho e Maringá, que precisam ser reconhecidas e cuidadas.

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE CONTROLE PARA ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO HIDROGRÁFICA EM TEMPO REAL

A intenção é gerar um mapeamento do nível dos rios em tempo real, bem como ter garantias de que o sistema de escoamento da água da chuva esteja em funcionamento. Com a aplicação, também seria possível auxiliar os munícipes dos bairros no entorno de rios a se antecipar em quadros moderados/graves a partir dos alertas via SMS.

DIRECIONAMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Nossos passos vêm de longe...

A Agenda Belford Roxo, começa a ser pensada a partir do “Geral no Meio” em 2020 com as eleições municipais no auge da pandemia. Por conta das barreiras sanitárias, tivemos 40 pessoas presentes e as candidaturas que pleiteavam cadeira no executivo e legislativo da cidade. Convidamos para a sabatina todos os prefeiteáveis e vereadores de alguns partidos. Os prefeiteáveis foram: Junior Cruz (PSD), Fernando Athaide (PSB), Assis Freitas (PCdoB), os três compareceram. A prefeiteável Neuzinha Jornaleira (PSOL) de última hora cancelou sua participação alegando problemas de saúde, Waguinho (MDB) e Cristiano Santos (PL), não responderam ao convite.



Linha do Tempo

ODIA

ELEIÇÕES

A Guarda Municipal no Centro da questão em Belford Roxo

No segundo dia de conversas com a sociedade civil, Junior Cruz (PSD) e Fernando Athaide (PSB) divergem sobre armar ou não agentes municipais

ODIA

"Belford Roxo será chamada de Cidade Educadora"

O candidato Assis de Freitas (PCdoB) foi sabatinado por representantes de movimentos sociais e da sociedade
Etiane Mesquita/Divulgação

Com o apoio do Fundo Casa Fluminense, a Sim! Eu Sou do Meio produziu em 2021 a primeira edição do curso Formação em Políticas Públicas e Direito à Cidade em Belford Roxo. Com 40 alunos selecionados e nove encontros, as aulas trouxeram especialistas para debater questões como saneamento, segurança pública, comunicação, educação, entre outros eixos importantes para a gestão de uma cidade. Segundo a organização, o curso visa atender uma demanda urgente no território que é o aumento da participação da sociedade civil nos debates políticos da cidade.



Com o objetivo de fortalecer a democracia, em um ano bem desafiador com ataques à democracia, o Geral no Meio 2022 aconteceu nos dias (01 e 02 de setembro) com público de 145 pessoas, e em parceria com a Casa Fluminense. A tônica da sabatina com as candidaturas para as cadeiras de Deputados Estaduais e Federais foi entender a visão e as propostas que tinham sobre JUSTIÇA ECONÔMICA, JUSTIÇA DE GÊNERO, JUSTIÇA AMBIENTAL E JUSTIÇA RACIAL. Foram abordados temas de saúde, educação, emprego, preço das passagens, racismo religioso, violência, saneamento básico, fome, creche em tempo integral e habitação.

Tiveram presentes os candidatos a Deputado Federal Assis Freitas (PCdoB) e Juliana Drumond (PSOL) e os candidatos a Deputados Estadual Fernando Athaide (PSB), Rafaela Albergaria (PT), Tia Ju (Republicanos), Renata Souza (PSOL) e Paulo Gontijo (NOVO).

Todos assinaram a Carta Compromisso construída por diversas organizações da sociedade civil, com propostas para Belford Roxo e Baixada.

O Geral no Meio foi construído com o Sim! Eu sou do meio, Instituto Liberte-se, Perifa Potente, Mais por Nós, Projeto Sonhar e Fazer Acontecer, Uneafro, Acerte o Alvo e apoio da Casa Fluminense. Juntos, pautando a Baixada que queremos e Belford Roxo que merecemos.

Após o Curso de Políticas Públicas e o Geral no Meio, realizamos alguns encontros importantes de construção coletiva, onde organizações, movimentos e coletivos de diversos bairros do município, apontavam suas dificuldades e também propostas de incidência. **Juntos, sabemos que TEMOS A RESPOSTA!**

2024



Em 2024, enfim, de reunião online em reunião online, conseguimos organizar toda construção feita ao longo de todos esses anos para entregar este importante documento para a cidade de Belford Roxo.

Agradecimentos

Prof. Nielson Bezerra, UERJ-FEBF
Cassio Pires, Geohídrica
Karoline Alves, Lívia Maria, Maria Luiza Cortes e Wanie Nascimento - Vida em Trânsito RJ

Ficha Técnica

Agenda Belford Roxo 2030

Edição 2024 - 1ª versão

Coordenação da publicação:

Débora Silva | Rayane Pereira
Cassios Clay | Hellen Freitas

Identidade Visual e Projeto Gráfico:

Luiz Felipe Ribeiro

Revisão:

Vitor Mihessen
Beta Nunes

Fotografias e imagens:

Luiz Felipe Ribeiro
Marc Ferrez
Brasiliانا Fotografia
Débora Silva
Raquel Ribeiro
Freepik
Jornal O Dia

Apoio Institucional:



MAIS
POR
NÓS



Apoio para impressão:

Instituto Clima e Sociedade (ICS)

3009

Belford Roxo



Fale com a gente
AGETRANS
Ouvidoria
agetransprj



ISBN: 978-65-997879-7-3

TCD



9 786599 787973